

Poiesis - Instituto
de Apoio à
Cultura, à Língua
e à Literatura

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da
Poiesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Poiesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura "Entidade", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Poiesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida



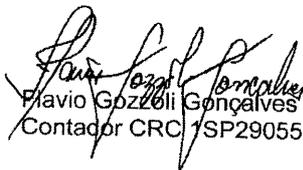
significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de janeiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Flavio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC 1SP290557/O-2

Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa		33	23	Projetos a executar	6	3.998	562
Recursos vinculados a projetos	4	8.784	5.903	Contas a pagar	7	1.398	1.536
Despesas antecipadas		462	669	Obrigações tributárias		74	124
Outros créditos		28	39	Obrigações trabalhistas	8	1.044	1.290
Total do ativo circulante		9.307	6.634	Provisão de férias e encargos		2.609	2.667
Recursos vinculados a projetos	4	2.263	1.258	Total do passivo circulante		9.123	6.179
Depósitos judiciais		90	45	Projetos a executar	6	2.263	1.258
Imobilizado	5	3.429	3.822	Provisão para contingências	9	300	540
Total do ativo não circulante		5.782	5.125	Obrigações com o Estado - Imobilizado	6	3.329	3.722
				Total do passivo não circulante		5.892	5.520
				Patrimônio líquido	11		
				Patrimônio social		60	62
				Superávit/(déficit) acumulado		14	(2)
				Total do patrimônio líquido		74	60
Total do ativo		15.089	11.759	Total do passivo		15.089	11.759

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações de resultados

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Receitas operacionais			
Recursos de Contratos de Gestão	12.a	50.922	65.590
Convênios (Termos de Fomento)	12.b	275	136
Outras receitas	12.c	30	1
Voluntários	3.h	156	156
Total de receitas		51.383	65.883
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	13	(30.656)	(39.950)
Despesas gerais (produção cultural)	14	(9.252)	(9.990)
Serviços profissionais	15	(6.743)	(9.413)
Gerais e administrativas	16	(3.815)	(5.545)
Despesas divulgação e comunicação		(70)	(71)
Depreciação e amortização		(457)	(595)
Outras (despesas)/receitas		(131)	33
Voluntários	3.h	(156)	(156)
Despesas operacionais antes das despesas financeiras		(51.280)	(65.687)
Despesas financeiras		(89)	(198)
		(51.369)	(65.885)
Superávit/(déficit) do exercício		14	(2)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Superávit/(déficit) do exercício	14	(2)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>14</u>	<u>(2)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	(Déficits) / Superávits acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2015	17	45	62
Incorporação do superávit ao patrimônio social	45	(45)	-
Déficit do exercício	-	(2)	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	62	(2)	60
Incorporação do superávit ao patrimônio social	(2)	2	-
Superávit do exercício	-	14	14
Saldos em 31 de dezembro de 2017	60	14	74

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit/(déficit) do exercício	14	(2)
Ajustes por:		
Baixa de imobilizado	71	3
Depreciação e amortização	457	595
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	(3.886)	13.265
Outros créditos e despesas antecipadas	173	242
(Redução)/aumento nos passivos em		
Projetos a executar	4.048	(12.842)
Obrigações trabalhistas, provisão de férias e encargos	(544)	(692)
Contas a pagar e obrigações tributárias	(188)	88
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	<u>145</u>	<u>657</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(135)	(647)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento	<u>(135)</u>	<u>(647)</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>10</u>	<u>10</u>
Caixa equivalente de caixa em 1º de janeiro	23	13
Caixa equivalente de caixa em 31 de dezembro	<u>33</u>	<u>23</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>10</u>	<u>10</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Poiesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura (“Poiesis” ou “Entidade”), é uma Entidade civil sem fins lucrativos, tem objetivos de natureza sociocultural, literária, artística, museológicos e educacionais, atuando no desenvolvimento e gestão de programas, pesquisas, projetos, bens, espaços e equipamentos culturais e educacionais. Valorizando a Cultura em suas múltiplas expressões, busca facilitar o acesso democrático ao conhecimento, estimular a reflexão e a criação artística e a preservar e divulgar bens culturais e históricos como instrumentos de valorização da identidade e da diversidade.

Em 19 de junho de 2008, o Vice-governador, no exercício do cargo de Governador do Estado, por meio do Parecer nº 0783/08, qualificou a Poiesis como uma “Entidade da área da cultura”, com publicação no Diário Oficial em 20 de julho de 2008.

Como entidade sem fins lucrativos, a Poiesis é isenta de contribuições e impostos federais, estaduais e municipais, de acordo com as disposições da Constituição Federal.

A Poiesis é responsável pela operação de diversos equipamentos e programas culturais por força de Contratos de Gestão firmados com a Secretaria da Cultura de São Paulo, podendo também firmar parcerias e outros termos de colaboração para desenvolvimento de projetos culturais com instituições públicas e privadas ou através de patrocínio ao amparo de programas de incentivo ou renúncia fiscal.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 29 de janeiro de 2018.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a

aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota 3.c (ii)** - vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota 9** - Provisões para contingências.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e Recebíveis

Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento. Os recursos financeiros que a Entidade possui, mas que estão vinculados a projetos, são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações de projetos relacionados a contrato de gestão e outros ajustes que lhe deram origem.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado com base no método de juros efetivos.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2017 e 2016, incluindo operações de *hedge*.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura e outros ajustes que envolvam recursos públicos, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados e as despesas correspondentes são reconhecidas, nesse mesmo momento ocorre o reconhecimento de receita em igual valor em contrapartida ao débito do passivo de projetos a executar. A liquidação financeira das despesas é reconhecida em contrapartida ao crédito de recursos vinculados a projetos.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

(ii) **Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Equipamento de áudio e vídeo	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de som/luz	10 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamento de telecomunicação	5 anos
Software	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. **Redução ao valor recuperável**

(i) **Ativos financeiros**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

e. **Provisões, passivos circulantes e não circulantes**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

f. **Demais ativos circulantes e não circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

g. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, o impostos incidentes sobre receita financeira, impostos incidentes sobre operações de câmbio e tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

h. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) -Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em receitas operacionais em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2017 registrou o montante de R\$ 156 (R\$ 156 em 2016) referente a trabalhos voluntários.

i. Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos usos de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 17.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

j. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Entidade estão mencionadas abaixo. A Entidade não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Entidade em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Entidade detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Entidade fará no futuro, no entanto, a Entidade considera que os novos requerimentos de classificação dos ativos e passivos financeiros não terão impactos significativos na sua mensuração.

IFRS 15 - Receita de contrato com clientes (Revenue from Contracts with Customers)

A IFRS 15 (CP C47) introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. As receitas da Entidade incluem principalmente, além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público para execução do objeto do Contrato de Gestão, as fontes de recursos advindas de (i) receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como taxa de inscrição e parcerias com agentes culturais, (ii) da utilização de seus espaços físicos, (iii) doações e (iv) rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A Entidade não concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma porém não são esperados efeitos relevantes da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 (CPC 47) Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial deste. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A Entidade não efetua operações de arrendamento, não havendo assim impacto nas Demonstrações Financeiras.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Recursos vinculados a projetos

	2017	2016
Caixa	572	16
Aplicações financeiras	10.475	7.145
	11.047	7.161
Ativo circulante	8.784	5.903
Ativo não circulante	2.263	1.258
	11.047	7.161

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados e em passivos relacionados a estes projetos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados a taxas de 100% e 90% do CDI - Certificado de depósito Bancário em 2017 (107% a 98% em 2016).

Os recursos do ativo não circulante, referem-se ao fundo de reserva, constituído com o propósito exclusivo de utilização na hipótese de ocorrer atraso na liberação dos repasses por parte da Secretaria da Cultura.

5 Imobilizado

	01/01/2017 Custo	Adições	Baixas	31/12/17 Custo
Equipamentos de áudio e vídeo	1.725	32	(25)	1.732
Equipamentos de Informática	1.143	27	(37)	1.133
Móveis e Utensílios	1.638	40	(45)	1.633
Equipamentos de som/luz	1.210	6	-	1.216
Máquinas e Equipamentos	124	-	-	124
Instalações	205	12	(2)	215
Equipamentos de telecomunicações	38	18	(1)	55
Software	207	-	-	207
Total	6.290	135	(110)	6.315
	01/01/2017 Depreciação	Adições	Baixas	31/12/17 Depreciação
Equipamentos de áudio e vídeo	(816)	(97)	5	(908)
Equipamentos de Informática	(532)	(118)	28	(622)
Móveis e Utensílios	(412)	(127)	4	(535)
Equipamentos de som/luz	(522)	(55)	-	(577)
Máquinas e Equipamentos	(23)	(15)	-	(38)
Instalações	(46)	(21)	2	(65)
Equipamentos de telecomunicações	(11)	(6)	-	(17)
Software	(106)	(18)	-	(124)
Total	(2.468)	(457)	39	(2.886)
Saldo líquido	3.822	(322)	(71)	3.429

*Poesis - Instituto de Apoio à
Cultura, à Língua e à Literatura
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016*

	01/01/2016			31/12/16
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Equipamentos de áudio e vídeo	1.559	168	(2)	1.725
Equipamentos de Informática	947	197	(1)	1.143
Móveis e Utensílios	1.553	85	-	1.638
Equipamentos de som/luz	1.035	175	-	1.210
Máquinas e Equipamentos	124	-	-	124
Instalações	183	22	-	205
Equipamentos de telecomunicações	38	-	-	38
Software	207	-	-	207
Total	5.646	647	(3)	6.290
	01/01/2016			31/12/16
	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Equipamentos de áudio e vídeo	(640)	(176)	-	(816)
Equipamentos de Informática	(365)	(167)	-	(532)
Móveis e Utensílios	(317)	(95)	-	(412)
Equipamentos de som/luz	(412)	(110)	-	(522)
Máquinas e Equipamentos	(23)	-	-	(23)
Instalações	(31)	(15)	-	(46)
Equipamentos de telecomunicações	(8)	(3)	-	(11)
Software	(77)	(29)	-	(106)
Total	(1.873)	(595)	-	(2.468)
Saldo líquido	3.773	52	(3)	3.822

6 Projetos a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

**Poiesis - Instituto de Apoio à
Cultura, à Língua e à Literatura**
*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016*

	Saldos em 2015	Valores Recebidos	Captação de Recursos	Rendimentos Financeiros	Consumo	Aquisições Imobilizado	Transferência	Devolução de Recursos	Saldos em 2016
Projetos a executar									
Contrato de Gestão nº 07/2011 (a)	12.270	16.449	299	832	(21.098)	(449)	(7.670)	(633)	-
Contrato de Gestão nº 08/2013 (b)	186	17.599	1.052	512	(18.159)	(28)	-	-	1.162
Contrato de Gestão nº 05/2012 (c)	2.254	5.349	195	334	(6.574)	(53)	-	-	1.505
Contrato de Gestão nº 02/2016 (d)	-	9.983	240	450	(19.160)	(117)	7.670	-	(934)
Termo FLI (f)	-	116	-	3	(57)	-	-	-	62
Convênio FID (e)	-	100	-	3	(79)	-	-	-	24
Contrato de Gestão nº 30/2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de projetos a executar	14.711	49.596	1.786	2.134	(65.127)	(647)	-	(633)	1.820
Total de projetos a executar curto prazo	10.579	-	-	-	-	-	-	-	562
Total de projetos a executar longo prazo	4.132	-	-	-	-	-	-	-	1.258
	14.711	-	-	-	-	-	-	-	1.820
Obrigações com estado - imobilizado	3.673	-	-	-	(595)	644	-	-	3.722
	1.820	52.450	2.070	782	(50.668)	(135)	-	(58)	6.261
Total de projetos a executar	1.820	52.450	2.070	782	(50.668)	(135)	-	(58)	6.261
Total de projetos a executar curto prazo	562	-	-	-	-	-	-	-	3.998
Total de projetos a executar longo prazo	1.258	-	-	-	-	-	-	-	2.263
	1.820	-	-	-	-	-	-	-	6.261
Obrigações com estado - imobilizado	3.722	-	-	-	(528)	135	-	-	3.329
	1.162	12.109	1.309	277	(11.918)	(11)	-	-	2.928
Contrato de Gestão nº 08/2013 (b)	1.505	2.674	103	118	(3.823)	(80)	(446)	(51)	-
Contrato de Gestão nº 05/2012 (c)	(934)	34.580	531	318	(32.052)	(32)	-	-	2.411
Contrato de Gestão nº 02/2016 (d)	-	2.274	127	47	(2.600)	(12)	446	-	282
Termo FLI (f)	62	-	-	3	-	-	-	-	65
Convênio FID (g)	24	83	-	1	(101)	-	-	(7)	-
Contrato de Patrocínio CEF 2033/17 (h)	-	30	-	-	(18)	-	-	-	12
Mecenas - PRONAC 154923 (i)	-	200	-	18	(156)	-	-	-	62
Mecenas - PRONAC 179255 (j)	-	500	-	-	-	-	-	-	500
Contrato de Gestão nº 30/2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de projetos a executar	1.820	52.450	2.070	782	(50.668)	(135)	-	(58)	6.261
Total de projetos a executar curto prazo	562	-	-	-	-	-	-	-	3.998
Total de projetos a executar longo prazo	1.258	-	-	-	-	-	-	-	2.263
	1.820	-	-	-	-	-	-	-	6.261
Obrigações com estado - imobilizado	3.722	-	-	-	(528)	135	-	-	3.329

- **Valores recebidos/repasses** - referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados.
- **Rendimentos financeiros** - referem-se a rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida a projetos a executar.
- **Consumo** - referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.
- **Projetos a executar - longo prazo:** referem-se a valores correspondente entre 2,5% a 6% do valor total dos recursos repassados no primeiro ano de vigência dos Contratos de Gestão, com o propósito exclusivo de utilização na hipótese de ocorrer atraso na liberação dos repasses por parte da Secretaria da Cultura. No último ano de vigência dos Contratos de Gestão e após a liberação da totalidade dos correspondentes repasses previstos, é facultada a utilização dos recursos vinculados de longo prazo no custeio das ações previstas no Plano de Trabalho.

a. Contrato de Gestão - 07/2011

Em 20 de dezembro de 2011, a Poesis firmou com a Secretaria da Cultura, o Contrato de Gestão nº 07/2011, com vistas à execução de atividades e serviços a serem desenvolvidos em duas unidades de Fábricas de Cultura, localizadas no Jardim São Luis e Vila Nova Cachoeirinha, com vigência até 30 de outubro de 2015, prorrogado pelo 6º aditamento para 20 de fevereiro de 2016, e, posteriormente, pelo 7º termo aditivo para 30 de junho de 2016.

O Contrato de Gestão tem por objeto o fomento e a operacionalização da gestão e execução de atividades e serviços na área de iniciação, formação e difusão de ações artístico-culturais das mais diversas linguagens culturais junto à população carente, notadamente de jovens da periferia.

Por meio de Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, assinado em 3 de setembro de 2012, a Poesis incorporou em seu Plano de Trabalho as atividades do Projeto Núcleo Luz.

Em 30 de novembro de 2012, por meio do Terceiro Termo Aditivo, de 1º de julho de 2013, foi incluída no escopo do Contrato de Gestão, a gestão das unidades de Fábricas de Cultura de Jaçanã, Capão Redondo e Brasilândia, passando seu valor global para R\$ 147.223.

Em razão de atraso na entrega da unidade da Fábrica de Cultura de Brasilândia, cujo início de atividades se deu no exercício de 2014, o valor global do Contrato de Gestão passa a ser de R\$ 139.119, por intermédio do 4º Termo Aditivo firmado em 20 de fevereiro de 2014.

Por meio do 5º Termo Aditivo, firmado em 10 de dezembro de 2014, o montante do Contrato de Gestão a ser repassado para a Entidade, foi atualizado para o valor global de R\$ 127.704.

Em 22 de maio de 2015, com a assinatura do 6º Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão, a sua vigência foi prorrogada até 20 de fevereiro de 2016, e o seu valor global ajustado para R\$ 137.213.

Por meio do 7º Termo Aditivo do Contrato de Gestão, assinado em 19 de outubro de 2015, a sua vigência foi prorrogada até 30 de junho de 2016, e o seu valor global ajustado para R\$ 145.942.

Em 06 de maio de 2016, com a assinatura do 8º Termo Aditivo, o valor do contrato foi alterado para R\$ 145.665, integralmente recebidos, com o seguinte cronograma:

Repasses do Contrato de Gestão nº 07/2011	Recebidos
2011	8.600
2012	12.126
2013	35.500
2014	40.000
2015	32.990
2016	16.449
	145.665
	145.665

Por ocasião do encerramento do Contrato de Gestão, em 30 de junho de 2016, foram restituídos à Secretaria da Cultura o montante de R\$ 8.303, correspondente aos recursos não utilizados, apurados em sua prestação de contas final. Destes, R\$ 633 foram recolhidos junto aos cofres da Secretaria da Cultura, e R\$ 7.670 foram transferidos como aporte inicial do novo Contrato de Gestão nº 2/2016, firmado em 30 de junho de 2016 pela Poiesis para dar prosseguimento ao programa Fábricas de Cultura no período de 1º de julho de 2016 a 31 de dezembro de 2020. (vide item d abaixo).

b. Contrato de Gestão - 08/2013

O Contrato de Gestão nº 08/2013, firmado em 27 de dezembro de 2013 com a Secretaria da Cultura, tem o propósito de dar continuidade à gestão do programa “Oficinas Culturais” pelo prazo de 54 meses a partir 1º de janeiro de 2014, no valor global de R\$ 134.326.

Em 04 de setembro de 2014 foi firmado o 1º Termo Aditivo alterando o Plano de Trabalho de 2014. Com a inclusão de novas ações e acréscimo do repasses em R\$ 3.510, elevando o valor total do Contrato de Gestão para R\$ 137.836.

Posteriormente, em consequência de sucessivas alterações nos Planos de Trabalho, promovidas por intermédio do 2º Termo Aditivo assinado em 30 de dezembro de 2014, do 3º Termo de 27 de maio de 2015, do 4º Termo de 30 de junho de 2016, e do 5º Termo firmado em 30 de março de 2017, o valor do Contrato de Gestão passou a ser de R\$ 85.848, com o seguinte cronograma para repasse de recursos:

Repasses do Contrato de Gestão nº 08/2013	Recebidos	A receber	Total
2014	28.510	-	28.510
2015	18.875	-	18.875
2016	17.599	-	17.599
2017	12.109	-	12.109
2018	-	8.755	8.755
	77.093	8.755	85.848
	77.093	8.755	85.848

c. Contrato de Gestão - 5/2012

Em 29 de junho de 2012, a Secretaria da Cultura de São Paulo e a Poiesis celebraram o Contrato de Gestão nº 5/2012, que tem por objetivo fomentar a operacionalização da gestão e execução dos serviços prestados na área de museologia nas Casas das Rosas e Guilherme de Almeida, pelo período de 4 anos e 5 meses, prorrogado pelo 4º Aditivo para 29 de junho de 2017.

O Contrato de Gestão firmado previa inicialmente o repasse à Entidade da importância global estimada de R\$ 27.510. Por meio do 2º Termo Aditivo, que veio a ser firmado em 11 de janeiro 2015, o valor global do Contrato de Gestão passou a ser de R\$ 27.710.

Em 12 de maio de 2015, mediante o 3º Termo de Aditamento, o Contrato de Gestão teve seu valor alterado para R\$ 26.909, e, em razão de 4º Aditivo de 29 de dezembro de 2015 e do 5º Aditivo de 30 de junho de 2016, seu prazo de vigência estendido 29 de junho de 2017, com consequente alteração de seu valor para R\$ 29.504, distribuído da seguinte forma nos exercícios:

Repasses do Contrato de Gestão nº 5/2012	Recebidos	A Receber	Total
2012	3.315	-	3.315
2013	5.951	-	5.951
2014	6.272	-	6.272
2015	5.943	-	5.943
2016	5.349	-	5.349
2017	2.674	-	2.674
	<u>29.504</u>	<u>-</u>	<u>29.504</u>

O encerramento do Contrato de Gestão se deu regularmente na data prevista de 29 de junho de 2017, com apuração de recursos não utilizados de R\$ 497. O excedente financeiro foi integralmente restituído à Secretaria da Cultura, sendo R\$ 51 diretamente junto aos cofres do Tesouro Estadual, e o saldo de R\$ 446 transferido como aporte inicial do novo Contrato de Gestão nº 01/2017, firmado em 1º de julho de 2017 pela Poiesis para desenvolvimento do programa Museus-casa literários no período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2022. (item e abaixo).

d. Contrato de Gestão - 2/2016

Em 30 de junho de 2016, a Poiesis firmou com a Secretaria da Cultura de São Paulo o Contrato de Gestão nº 2/2016 para dar continuidade às ações do Programa Fábricas de Cultura nas unidades de Jardim São Luiz, Capão Redondo, Vila Nova Cachoeirinha, Brasilândia, Jaçanã e Núcleo Luz (item a acima), pelo prazo de 54 meses, de 1º de julho de 2016 a 31 de dezembro de 2020, com valor global de repasses previstos da ordem de R\$ 145.175.

Mediante assinatura em 18 de outubro de 2017 de 2º Termo de Aditamento, o Contrato de Gestão teve o valor total de repasses previstos elevado em R\$ 2.700, passando a totalizar R\$ 147.875, com o seguinte cronograma de desembolso:

Repasses do Contrato de Gestão nº 2/2016	Recebidos	A Receber	Total
2016	17.653	-	17.653
2017	34.580	-	34.580
2018	-	31.881	31.881
2019	-	31.880	31.880
2020	-	31.881	31.881
	<u>52.233</u>	<u>95.642</u>	<u>147.875</u>

e. Contrato de Gestão - 1/2017

A Poiesis, selecionada em processo de chamada pública, firmou em 1º de julho de 2017 com a Secretaria da Cultura, o Contrato de Gestão nº 1/2017, para dar sequência ao gerenciamento e execução de atividades a serem desenvolvidas na rede de museus-casas literários Casa das Rosas, Casa Guilherme de Almeida e Casa Mário de Andrade (item **g.** acima). O Contrato de Gestão tem prazo de vigência até 30 de junho de 2022, e prevê repasses totais da ordem de R\$ 31.708, com o seguinte cronograma de desembolso:

Repasses do Contrato de Gestão nº 1/2017	Recebidos	A Receber	Total
2017	2.674	-	2.674
2018	-	6.452	6.452
2019	-	6.452	6.452
2020	-	6.452	6.452
2021	-	6.452	6.452
2022	-	3.226	3.226
	<u>2.674</u>	<u>29.034</u>	<u>31.708</u>

Dos valores recebidos no exercício de 2017, R\$ 400 provieram do excedente financeiro apurado por ocasião do encerramento do Contrato de Gestão nº 5/2012 (item **c.** acima), assim como o montante de R\$ 46 que passou a integrar adicionalmente o valor de reservas de contingência do Contrato de Gestão, sem prejuízo do valor a ser repassado pela Secretaria de Estado da Cultura.

Outras informações

Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto dos Contratos de Gestão, a Entidade também mantém as seguintes fontes de recursos:

- (i) Receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como taxa de inscrição;
- (ii) Receitas advindas da utilização de seus espaços físicos;
- (iii) Doações, legados e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras; e
- (iv) Rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Por força dos Contratos de Gestão, a Entidade está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente e anualmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Entidade poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução e/ou extinção dos repasses contratados.

Os relatórios trimestrais relativos ao período de março, junho e setembro de 2017 foram preparados e encaminhados para as respectivas Unidades Gestoras da Secretaria da Cultura, e já foram objetos de apreciação e aprovação pela Comissão de Avaliação. As prestações de contas referentes aos relatórios de atividades anual serão enviados em fevereiro de 2018.

Os recursos provenientes dos Contratos de Gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos vinculados a executar, representando a parcela

remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

Convênios (Termos de Fomento)

Corresponde às parcerias realizadas junto a outras entidades para o desenvolvimento compartilhado de atividades relacionadas às operações da Entidade.

Em 2017 a Poesis manteve as seguintes parcerias:

- Ministério da Cultura, Diretoria de Livro, Leitura e Literatura e Bibliotecas, envolvendo repasses de R\$ 116 em parcela única totalmente efetivada em junho 2016, para a realização da 4ª Edição do FLI - Festival Literário de Iguape, no município de Iguape (SP). Parceria em fase de encerramento e prestação de contas final;
- Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, Fundo Estadual de Interesses Difusos, para ações de preservação e difusão do acervo da Casa Guilherme de Almeida. O ajuste previu repasses da ordem de R\$ 183 no período de 9 meses a contar de junho de 2016. Em 2017 foram repassados R\$ 83 (R\$ 100 em 2016). Projeto encerrado regularmente na data de seu vencimento, com prestação de contas realizada e devolução do saldo remanescente de recursos não aplicado de R\$ 7;
- Caixa Econômica Federal, para ações de extroversão do acervo e de difusão cultural do Museu Casa Guilherme de Almeida, em Contrato de Patrocínio firmado em 25 de outubro de 2017 e com vigência até 30 de março de 2019, no valor global de R\$ 150. Em 2017 foram repassados R\$ 30, e a liberação do saldo remanescente de R\$ 120 deverá ocorrer em 3 parcelas ao longo de 2018;
- Ministério da Cultura, PRONAC-Mecenato nº 154926, para execução de projeto “Itinerância Espetáculos Núcleo Luz”, vinculado ao programa Fábricas de Cultura, objeto do Contrato de Gestão nº 2/2016 (item d. acima), com vigência prorrogada até 2018. O projeto aprovado prevê captação de recursos incentivados de até R\$ 979, tendo sido R\$ 200 obtidos em 2017; e
- Ministério da Cultura, PRONAC-Mecenato nº 179255, para execução do projeto “Programa Anual Fábricas de Cultura Norte e Sul 2018”, também vinculado ao programa Fábricas de Cultura, objeto do Contrato de Gestão nº 2/2016 (item d. acima). O valor total aprovado para o projeto é de R\$ 2.083, e em 2017 foi captado R\$ 500.

7 Contas a pagar

	2017	2016
Fornecedores	362	278
Prestadores de serviços	1.036	1.258
	<u>1.398</u>	<u>1.536</u>

8 Obrigações trabalhistas

	2017	2016
INSS a recolher	522	729
IRRF a recolher	242	279
FGTS a recolher	159	199
PIS sobre folha de pagamento a recolher	38	32
ISS a recolher	21	21
Salários a pagar	33	16
Serviços prestados por autônomos a pagar	14	2
Outras	15	12
	<u>1.044</u>	<u>1.290</u>

9 Provisão para contingências

A Entidade reconhece a provisão para riscos trabalhistas quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão em desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade figura como reclamada em 6 ações de natureza trabalhista (7 em 2016) e 01 ação de natureza cível (1 em 2016). Foi registrado como provisão, o valor de R\$ 300 (R\$ 540 em 2016), relativo ao risco classificado pelos assessores jurídicos, como de perda provável, considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso.

A Entidade possui em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 1.405 (R\$ 598 em 2016) de processos com probabilidade de perda possível, de natureza trabalhista e cível.

10 Partes relacionadas

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho. Dessa forma, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Em 31 de dezembro de 2017 houve o reconhecimento de trabalho voluntário por parte de Conselheiros da entidade no montante de R\$ 156 (R\$ 156 em 2016), conforme mencionado na nota explicativa 3.h.

11 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos superávits apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Entidade como organização social, haverá a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados por meio do Contrato de Gestão.

12 Receitas operacionais

a. Contrato de Gestão

	2017	2016
Contrato de Gestão nº 07/2011	-	20.351
Contrato de Gestão nº 08/2013	10.541	16.744
Contrato de Gestão nº 05/2012	3.633	6.099
Contrato de Gestão nº 02/2016	31.478	18.481
Contrato de Gestão nº 01/2017	2.441	-
Receitas financeiras	759	2.127
Parcerias	1.826	1.581
Aluguel de espaço	168	162
Outros	76	45
	<u>50.922</u>	<u>65.590</u>

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto do Contrato de Gestão, a Entidade também mantém as fontes de recursos advindas de (i) receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como taxa de inscrição e parcerias com agentes culturais, (ii) da utilização de seus espaços físicos, (iii) doações e (iv) rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Acima apresentamos as receitas auferidas por meio dessas captações e provenientes do Poder Público.

b. Convênios (Termos de Fomento)

	2017	2016
Convenio FID	100	76
Mecenato - PRONAC 154923	138	-
Termo Colaboração Minc	-	54
Contrato de Patrocínio CEF 2033/17	18	-
Receitas Financeiras	19	6
	<u>275</u>	<u>136</u>

c. Outras

	2017	2016
Doações	30	-
Receitas Financeiras	-	1
	<u>30</u>	<u>1</u>

13 Despesas com pessoal

	2017	2016
Salários, horas extras e outras	16.586	21.060
Encargos	5.674	8.391
Benefícios	3.778	4.778
Férias e encargos	2.771	3.280
13º e encargos	1.847	2.441
	<u>30.656</u>	<u>39.950</u>

14 Despesa gerais com produção cultural

	2017	2016
Serviços artísticos	6.748	6.790
Materiais de produção	1.587	1.964
Serviços técnicos de produção	279	449
Despesas com transporte	432	348
Viagens e estadias	62	253
Cooperativas	106	144
Aquisição de acervo	38	39
Direitos autorais	-	3
	<u>9.252</u>	<u>9.990</u>

Nessa conta encontram-se todos os gastos com o desenvolvimento e execução das atividades culturais nos equipamentos geridos, tais como exposições, saraus, palestras, cursos, oficinas, recitais, peças de teatro, shows musicais, ou seja, eventos de incentivo à poesia, à literatura e às diversas áreas de produção artística e cultural. Estão incluídas nessa rubrica a contratação de profissionais autônomos, como curadores, artistas, professores, entre outros, e contratação de serviços diversos e compra de materiais para suporte aos profissionais contratados.

15 Serviços profissionais

	2017	2016
Serviços de limpeza e vigilância	5.440	8.138
Assessoria em T.I.	459	575
Assessoria contábil	377	273
Assessoria em elaboração de projetos	159	176
Assessoria jurídica	268	152
Outros serviços especializados	40	99
	<u>6.743</u>	<u>9.413</u>

16 Gerais e administrativas

	2017	2016
Conservação e manutenção	1.161	1.649
Serviços de utilidade pública	758	998
Aluguel e condomínio	623	932
Material de escritório e outros	283	477
Locações	152	378
Telefonia	354	352
Contingência trabalhistas	166	241
Seguros	81	61
Viagens e estadias	39	7
Outros	198	450
	<u>3.815</u>	<u>5.545</u>

17 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de juros, têm nos ganhos da Entidade e no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

18 Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2017 e 2016.

19 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir, na hipótese dos recursos de subvenção governamental utilizados para custeio das atividades da Entidade pudessem ser considerados como receita tributável, a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias.

20 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade mantinha cobertura de seguros contra riscos operacionais estimados em R\$ 67.170 (R\$ 35.000 em 2016), e de R\$ 7.000 (R\$ 8.000 em 2016) para riscos de responsabilidade civil.

21 Eventos subsequentes

Em janeiro de 2018 a Poesis firmou com a Secretaria da Cultura os seguintes ajustes aos Contratos de Gestão:

- 6º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 08/2013 (Programa Oficinas Culturais, item 6.b. acima, que expande sua vigência por mais 6 meses, que fica prorrogada para 31 de dezembro de 2018, e eleva o seu valor total para R\$ 87.591, com alteração do valor dos repasses previstos em 2018 para R\$ 10.498; e
- 3º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 02/2016 (Programa Fábricas de Cultura, item 6.d. acima, que altera o valor dos repasses previstos no exercício de 2018 para R\$ 34.624, elevando o seu valor total para R\$ 150.618.

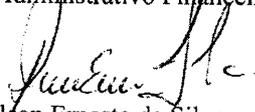
* * *



Clovis de Barros Carvalho
Diretor executivo



Plínio Silveira Correa
Diretor Administrativo Financeiro



Adilson Ernesto da Silva
Contador CRC 1SP266387/O-7